

A INAPROPRIAÇÃO DO TERMO DEFICIÊNCIA

Eliana Corrêa de Aquino (*)

Não é de hoje que me incomoda atitudes e termos voltados para alguém que possua uma deficiência, seja ela qual for, como sendo alguém possua portador de um possível erro, falha, pecado ou qualquer coisa que o valha.

Ao longo dos meus 52 anos, após vasculhar os possíveis argumentos e sentidos dessa pseudo imputação, especialmente sob o aspecto religioso, científico e social, me deparei na segunda década do século XXI com uma explicação possivelmente científica de que tal assertiva é incorreta obviamente, não passando de uma possível acomodação social, tal como a que costumamos dar, às crianças, quando entram na fase dos “porquês”.

Ao observar a narrativa do movimento histórico da pessoa com deficiência, me deparei com algo interessante: dentre outras coisas, pude observar que pelo menos no Brasil, houveram fases de reconhecimento específico da deficiência voltadas para ações, às quais que imagino terem sido adotadas pelo critério da prevalência de incidência das anomalias.

Por exemplo, no ano de 1741 foi instalado o *Hospital dos Lázaros*, voltado para os hansenianos; em 1841, o *Hospício Dom Pedro*; em 1854, o *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*; 1856, o *Imperial Instituto dos Meninos Surdos*; 1904, o *Pavilhão da Escola Bourneville*, primeiro espaço voltado para criança com deficiência física, ainda no início do século XX; e, por volta dos idos de 1907 a 1980, a epidemia da Poliomielite, caracterizando a maior epidemia no Brasil registrada até hoje, promovendo, então, de forma gritante, deficiência física motora. Além desses marcos, tivemos no mesmo século, duas guerras de proporções globais, que deixaram, como legado, milhares de pessoas com sequelas físicas, motoras e neurológicas.

Paralelo a esse quadro, a ciência se voltou para dar suporte a essas necessidades, na medida e à maneira que iam surgindo.

Entretanto, restaram estagnados a sociedade que, envolta na “capa da vaidade”, preferiu se posicionar fora do contexto, como se de fato pudesse...

Quanto à religião, com supedâneo na tese de manter seus fiéis sob controle, preferiu a bandeira do pecado, do conceito de “sujo”, bem como o de “feio”.

A essas realidades nasceu o conceito de caridade, promovendo, então, a divisão da humanidade: os normais e os anormais, por meio da relação “deficientes x eficientes”.

Por incrível que pareça essa bandeira vagarosamente vem sendo recolhida para dar lugar ao número hoje mais expressivo de pessoas com necessidades diferentes dos demais. Nos idos 1987, buscando dar continuidade e visibilidade ao ano Internacional da Pessoa com Deficiência, a ONU recomendou o desenvolvimento de uma convenção internacional para eliminar a discriminação, proposta esta levada pelas mãos da Itália e Suécia.

Ocorre que, naquela ocasião, o mundo ainda não estava pronto para aceitar a mudança de paradigma, que lentamente começava a emergir. Somente no ano de 2001, por intermédio do senhor Rincon Gallardo, Presidente da Delegação do México junto a Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação, quis o destino resgatar a proposta da necessidade de elaboração de um documento internacional que

recomendasse à ONU considerar a elaboração de uma Convenção Internacional com prioridade, a fim de proteger os direitos das pessoas com deficiência, pelo fato de ser um grupo vulnerável e sem instrumento internacional vinculante às Nações Unidas.

Silenciosamente materializava para o mundo o grande passo que vinha sendo gestado por intermédio de todas as experiências relatadas anteriormente, sinteticamente resumido na expressão “iguais na diferença”, composta por três palavras que foram suficientes para libertar as pessoas com deficiência do prejulgamento, da pecha do “defeito” para, finalmente, ganharem a condição de indivíduos não mais com um defeito, mas sim com uma diferença, nada mais que isto.

Tendo havido tão somente barreiras imposta pela condição de minoria desse grupo.

Lentamente, novas regras foram emergindo, a ciência foi ganhando robustez nos desafios que se multiplicaram após a revoadas dos diferentes que, imbuídos de “asas, voam em busca do infinito” de suas possibilidades.

Assim, ao planar sobre todo esse contexto, observo o surgimento de questões a serem solucionadas já em um outro patamar, não mais da aparência, e sim ao das sequelas. São questões invisíveis ao primeiro olhar que permeiam desde de um traumatismo craniano, advindo de esportes praticados por aquela outra maioria diferente, até mesmo decorrente de uma queda/acidente com sequelas semelhantes, como se pudéssemos estar presenciando uma profunda rotação dos valores e necessidades.

Sim, rotação de valores e necessidades, porque pessoas que vieram do século XVIII, por exemplo, como os considerados “cegos”, nos mostram a luz de sua capacidade, para saltamos de um processo de discriminação para uma profunda necessidade de parceria, de aprendizado e no reconhecimento da capacidade desses indivíduos, assim como os considerados “deficientes auditivos” que nos brindam com a descoberta de uma nova linguagem.

Também não ficam atrás os “deficientes físicos” que nos emprestaram o movimento motriz da ciência que hoje promove desde aparelhos eletrônicos para exame, impressoras 3D para confecção de próteses e tecnologia educacional, até chegarmos a seguinte conclusão: “quem são mesmo os deficientes”?

(*) – Advogada, Analista Judiciária aposentada por invalidez. E-mail: dra.eliana.aquino@gmail.com